



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 165 - 1ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1999 - R\$ 1,00



MOBILIZAÇÃO NA FORD:

Nem demissões nem redução salarial!

Para barrar as demissões é preciso:

Greve com ocupação de fábrica!

Pelo controle operário da produção!

Pela escala móvel de trabalho!

**Generalizar o movimento,
paralisar todas as fábricas!**

NÃO À CONCILIAÇÃO DE CLASSES!

FORA COM O PACTO PELA PRODUÇÃO! NADA DE

FRENTE COM OS CAPITALISTAS DESCONTENTES!

ORGANIZAR A LUTA NACIONAL DE MASSA

PARA DERRUBAR O PACOTE FHC/FMI!

ORGANIZAR A GREVE GERAL!

Quinzena de luta do Movimento Operário

OPERÁRIOS OCUPAM FÁBRICA DA FORD PARALISAM PRODUÇÃO

Diante do ataque desferido pela Ford contra suas condições de vida (a montadora decidiu botar na rua 2.800 trabalhadores da fábrica de São Bernardo, ABC Paulista, o que corresponde a 41% de seu efetivo, sob a alegação de que 'não vê uma possível recuperação do mercado de automóveis em 99'), os operários decidiram, em assembléia, pela ocupação da fábrica para obrigar a empresa a rever as demissões. Durante toda a primeira semana de janeiro, os demitidos, juntamente com os não-demitidos entraram na fábrica para trabalhar normalmente, ignorando o aviso de demissão enviado pela Ford durante o período de férias coletivas no final do ano. Apesar disto, os patrões se mantiveram irredutíveis, dizendo que as demissões anunciadas eram irreversíveis e que o máximo que poderiam fazer era rever alguns casos excepcionais e conceder algumas migalhas a mais para o restante.

A Estratégia Dos Traidores

Como representantes da categoria, a direção do sindicato dos metalúrgicos tirou como estratégia a 'ocupação pacífica', com o consentimento da Ford. Previamente o pelegão Luiz Marinho se reuniu com o representante da Ford (Carlos Marino) e com o Prefeito de São Bernardo (Maurício Soares) e acertaram que a empresa não se oporia à entrada dos trabalhado-

res demitidos na fábrica, o que de fato ocorreu. Porém a empresa tomou o cuidado de desligar todas as máquinas com antecedência, inviabilizando a retomada da produção sob o controle dos operários, chegando até a soldar algumas máquinas. Depois Marinho declarou que 'a Ford, sabiamente, ouviu suas recomendações'. O objetivo do pelego e do patrão era e é evitar o confronto, desgastar o movimento e a disposição de luta dos trabalhadores, vencendo-os pelo cansaço, para que estes, ao final, sejam responsabilizados pela derrota do movimento e aceitem pacificamente o ataque. Em outras palavras: querem obrigar os trabalhadores a pagar com suas próprias vidas a manutenção do lucro dos capitalistas.

Nossa Posição

Entendemos que a 'estratégia de ocupação pacífica', consentida, previamente articulada com o patrão se constitui em traição e só demonstra o quanto a direção do sindicato está comprometida com os capitalistas. Marinho engana os trabalhadores quando diz que a interveniência do governo nas negociações é a única forma de resolver o problema, fazendo a Ford voltar atrás nas demissões. Como se o governo e o Estado burguês não fossem os legítimos defensores dos interesses dos donos da fábrica e as demissões não fossem o resultado da própria política implementada por tal governo para proteger os patrões da crise que se aprofunda rapidamente. Atuamos junto aos trabalhadores da Ford com nossos materiais (colagens, manifestos, etc), defendemos a GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA como método de luta para barrar as demissões. É preciso que a classe operária levante a bandeira da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO e não aceite nenhuma demissão, nem redução de salário. Que os capitalistas paguem pela crise. É preciso também construir a GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO para pôr abaixo FHC e seu plano de fome e miséria.

CONDUTORES FAZEM GREVE NOVAMENTE

No último dia 06, motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo decidiram entrar em greve novamente. Foi

a quarta paralisação em menos de um mês. Os patrões continuam atrasando o pagamento de salários dos trabalhadores e insistem em pagamento parcelado. Na verdade, essa é mais uma forma que os patrões caloteiros utilizam para se apropriarem de parte do salário dos trabalhadores. Outra forma foi anunciada pela prefeitura no mesmo dia da greve: aumento de 25% no preço das passagens dos ônibus urbanos, que já estão nas nuvens. E o que faz a direção do sindicato diante dos ataques? Absolutamente nada. Pressionada pelas bases, joga com greves parciais que não surtem nenhum efeito e chega ao ponto de na última assembléia a greve só sair porque os trabalhadores ameaçaram quebrar a sede do sindicato. A experiência demonstra aos trabalhadores que a luta contra seus opressores passa também pela expulsão dos burocratas traidores de seus organismos de luta, os sindicatos.

DESEMPREGADO É DINHEIRO CERTO NA CONTA DAS DIREÇÕES SINDICAIS

Conforme fontes do ministério do Trabalho, o governo depositou nos últimos três anos R\$200 milhões nas contas das principais entidades sindicais do país. Só em 98 a Confederação dos Metalúrgicos da CUT embolsou R\$3,016 milhões; a CUT R\$3 milhões; Força Sindical R\$10,885 milhões; CGT R\$6,873 milhões; S.D.S. R\$2,506 milhões; Sindicato dos Metalúrgicos R\$ 6,873 milhões, etc. O chamado FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) é o canal através do qual o governo enche os bolsos da pelegada. Em 99 a ganância dos burocratas é ainda maior: O Sindicato dos Metalúrgicos espera receber nada menos que R\$18 milhões. O sindicato dos Bancários não fica atrás e já faz projetos com a ampliação de sua verba. No caso dos Metalúrgicos, a direção está eufórica, pois com tanto desempregado esperando nem vai abrir inscrições este ano, declarou o Secretário-Geral do Sindicato José Bezerra. Como se vê, o desemprego se tornou um grande negócio para a burocracia sindical. Não é de graça que a pelegada procura a todo momento dividir os movimentos grevistas e acabar com a disposição de luta dos trabalhadores.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO,

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



A luta na Ford é aspecto central na situação

O anúncio de quase metade dos operários da unidade de São Bernardo da Ford colocou em destaque as principais tendências da situação política.

A primeira é a do crescimento do desemprego. As tendências recessivas mundiais são acentuadas no país pelo pacote FHC/FMI, que impõe aumento de impostos e juros, e corte de investimentos. A aceleração da queda da produção industrial é prevista por todos. Daí que as empresas já estão se ajustando às novas condições. Para preservarem seus lucros ou limitarem ao máximo os efeitos destruidores da crise, buscam a redução de custos. O primeiro ponto a ser atacado são os custos salariais. Uma parcela dos funcionários é demitida, outra tem direitos e salários reduzidos, com aumento da carga de trabalho. As duas políticas são aplicadas de forma complementar pelo patronato, ora uma ora outra à frente, uma em função da outra. Por isso não deveria estranhar a ninguém que as montadoras que antes demitiam agora preferem a redução salarial e vice-versa. As demissões são usadas para impor mais redução de salários e direitos, com aumento da exploração do trabalho. Os acordos de bancos de horas etc. favorecem a redução dos postos de trabalho, portanto, o desemprego.

Nas últimas semanas, o número de demissões tem se multiplicado, particularmente na indústria metalúrgica. E as empresas que se dispõem a negociar com os sindicatos estão tomando como referência o acordo na Volks, que reduz salários e não garante emprego a ninguém.

A segunda tendência é a da conciliação de classes. Os sindicatos e a CUT estão empenhados em ajudar os em-

presários a enfrentar a crise. O pressuposto fundamental dessa unidade entre a burocracia sindical e setores patronais é a preservação dos interesses (lucratividade) das empresas. Os burocratas confirmam que com a redução da produção não há outro caminho que não seja a redução do número de funcionários e a maldita "flexibilização" das relações do trabalho. O que imploram das empresas é que negociem com os sindicatos as medidas a serem tomadas, para que o desgaste de ambos junto aos operários seja menor.

Para os empresários, a posição dos reformistas é duplamente interessante. Podem utilizá-los como mensageiros de suas necessidades junto ao governo e ainda como bombeiros da luta de classes, porque há uma forte tendência de resistência no movimento operário.

A Ford tentou impor a divisão entre empregados e desempregados. Adiou o retorno dos funcionários que permanecem para o dia seguinte. O sindicato foi a reboque, manteve a assembléia dos demitidos na segunda-feira e outra para a terça. Os demitidos estavam radicalizados, quebraram as correntes e abriram os portões da fábrica para realizar a assembléia dentro dela. Aprovaram o retorno no dia seguinte e a unidade com os empregados. Novamente, os operários impuseram a entrada na empresa para fazer a assembléia.

A unidade empregados e desempregados foi manobrada pela direção sindical no sentido de não entrar em confronto com os interesses da empresa nem radicalizar os métodos de luta. Vicentinho veio pessoalmente para dirigir o movimento e impor a tática de colocar a linha de produção em funcio-

namento. A Ford não permitiu, desligando as máquinas, esvaziando a fábrica de insumos e propondo uma licença remunerada aos operários, para que estes deixassem a fábrica e voltassem para suas casas. Nos dias seguintes, esse roteiro se repetiu, sem nenhum avanço.

Enquanto isso, Marinho perambulava pelos estados para conversar com governadores, ministros e dirigentes de entidades patronais. Reconhece que não será possível, com sua "tática", deter as demissões. Espera um favorecimento do governo à Ford e às montadoras, para negociar mais perdas de direitos dos operários.

É preciso que se apóie decididamente o movimento dos operários da Ford e que esse movimento se radicalize, ocupando a fábrica não para produzir, mas para impor o controle operário da produção, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários ou direitos e nenhuma demissão. Por esse caminho, se abrirá uma possibilidade de resistência geral da classe contra a ofensiva capitalista. De outra forma, a derrota será contagiosa e penosa para todos os assalariados.

NACIONAL



A Reforma Política antidemocrática

O governo enviou parte das propostas de reforma política ao Congresso. Por elas, procura-se ampliar e reforçar o domínio do poder econômico sobre os votos e prescrever os partidos minoritários.

Fica abolida oficialmente a doação de dinheiro aos partidos para campanha. O Estado dará 7 reais por voto obtido a cada partido. Os mais votados receberão mais, ampliando seu poder. O poder econômico continuará financiando as campanhas de seus candidatos por baixo do pano, em melhores condições (não terá de declarar nada publicamente). Os partidos menos votados não receberão nada.

Para eleger um deputado, será necessário obter 5% dos votos em nível nacional e 2% em pelo menos 9 estados. Caso contrário, o partido fica sem banca, sem verbas e sem tempo na televisão.

A fidelidade partidária apresentada aos partidos burgueses serve para anular ainda mais o parlamento, pois as votações seriam decididas pelas lideranças, às quais todos os deputados estariam obrigados

a seguir, sob pena de perda de mandato. Também não seria possível mudar de partido e ficar com o mandato, a não ser para formar outro partido. Como se dificulta ao máximo a existência dos pequenos partidos, deduz-se que esse item serve às possíveis grandes divisões interburguesas.

Há ainda a proposta de introduzir o voto distrital misto, que dará 50% das vagas do parlamento às listas dos partidos e os outros 50% seriam eleitos nos distritos eleitorais.

Todas essas propostas pretendem eliminar os pequenos partidos, forçando-os a se fundirem aos grandes, disciplinar as frações burguesas e atenuar o desgaste do processo eleitoral junto às massas. Têm um caráter antidemocrático e evidenciam uma necessidade da burguesia em estrangular a democracia burguesa diante do agravamento da crise.

Embora o partido revolucionário não se prenda a nenhuma legislação, denunciamos essa reforma e defemos a livre organização dos partidos políticos.

Pacto pela produção coloca reformismo como massa de manobra dos empresários

A realização do ato do "Pacto pela Produção e Emprego" na Fiesp contou com a participação de empresários, sindicalistas e parlamentares, desde a esquerda (PT) até a direita (PPB). Os personagens principais foram o presidente da Fiesp, Luiz Marinho (Metalúrgicos/ABC), Paulinho (Metalúrgicos/SP), os deputados do PT e aliados (Aloísio Mercadante, Jamil Murad etc.), Delfim Netto e até um ministro do governo (José Aníbal, PSDB). A manifestação colocou o objetivo de reivindicar menos juros e impostos para a indústria. Os setores descontentes da burguesia industrial estão conseguindo arrastar a burocracia sindical e o reformismo a seu reboque, para utilizá-los como massa de manobra nas suas negociações com o governo, as outras frações oligárquicas e o imperialismo, e para amordaçar as organizações de massa diante da ofensiva capitalista, colocando-as a colaborar passivamente com o empresariado no seu objetivo de reduzir despesas (cortar salários) e tornar

a indústria nacional "mais competitiva".

O burocrata Marinho, estrela do ato, afirmou no último dia 21/12 que conhece as previsões da produção automobilística, que produziu 2,1 milhões de veículos em 1997, 1,5 milhão em 1998 e espera chegar a apenas 1,1 milhão em 1999. Diante disso, reconhece a "necessidade" das empresas em reduzir o número de funcionários, apenas pretende negociar a forma de se fazer esse "ajuste", com seus acordos de redução de salários, banco de horas, demissões voluntárias e de aposentados etc. Ainda que venha se mostrando subserviente às montadoras, não conseguiu evitar o anúncio da demissão de mais de 40% de funcionários na Ford. Agora, percorre o país, tagarelando com governadores, ministros e chefes patronais para defender os interesses das montadoras, condição imposta pelos patrões para amenizar a fúria demissiva.

A atitude de Marinho é a expressão mais concreta da tendência à conciliação de classes presente na atual situação. O agravamento da crise econômica e as crescentes imposições do imperialismo vão acirrando as disputas interburguesas. Frações capitalistas chocam-se com o governo para preservar seus interesses. A direitização do reformismo petista, que desde a campanha eleitoral já buscava expressar os interesses do setor empresarial mais vinculado ao mercado interno, encontra nos descontentamentos empresariais a concretização de suas aspirações. Estabelece-se uma con-

gruência de interesses. A conclusão óbvia do reformismo é a de apoiar essas iniciativas do patronato e se colocar sob seu comando. O pior é que fazem o mesmo com as organizações de massa.

O reformismo pretende que esse movimento possa potenciá-lo eleitoral e institucionalmente. Mas ocorrerá o oposto: sua submissão política o levará à condição de apoiador da frente burguesa e coadjuvante nas disputas ao redor do aparelho estatal.

As massas é que terão o maior prejuízo, pois suas organizações estarão amordaçadas e de mãos dadas aos verdugos. Agora mesmo, diante de uma brutal onda de demissões, a CUT e os sindicatos oferecem redução de salários e benefícios para ajudar o patronato diante da crise. Ou seja, tomam como pressuposto a preservação dos lucros capitalistas, necessários à preservação desse apodrecido sistema econômico.

O pacto de Marinho, Piva e Cia. é um anúncio do que está por vir. Essa tendência reformista de se colocar à reboque do patronato e de setores burgueses descontentes deve se constituir no maior obstáculo para o enfrentamento contra as medidas antinacionais e antipopulares ditadas pelo imperialismo ao país e aplicada fielmente pelo governo FHC.

Coloca-se como tarefa essencial do momento o combate à essa tendência conciliacionista e a defesa da independência política e organizativa das organizações de massa. Isso se faz concretamente na defesa do combate nas ruas ao pacote FHC/FMI e ao plano de fome de FHC.

Presos Políticos

Acabou a Greve de Fome. Exijamos a Liberdade para Raimundo Costa

No último dia 31 de dezembro, depois de 48 dias, terminou a heróica greve de fome dos presos políticos pertencentes ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno e às Forças de Libertação Populares de El Salvador. O resultado não foi sua libertação ou a comutação da pena em regime aberto ou semi-aberto, mas a transferência da pena para seus países de origem. Assim como David Spencer e Christine Lamont, que anteriormente já haviam sido

transferidos para cumprir a pena no Canadá, o Brasil antecipou os acordos com a Argentina (para transferir os irmãos Humberto e Horácio Paz) e o Chile (para Ulisses Galhardo, Sérgio Urtubia, Pedro Lembach, Maria Emília Marchi e Hector Ramon Tápia), para que, nos moldes do acordo com o Canadá, os presos cumpram a pena integral em seus países de origem. Quanto ao brasileiro (Raimundo Rosélio Costa), foi transferido para uma prisão no Ceará.

Ao final dos acordos, o reformismo, na figura de Lula, elogiou o governo FHC pela "saída política" que deu ao problema.

A resistência dos presos só conseguiu antecipar a sua transferência para o exterior, porém com a condição de permanecerem atrás das grades. O go-

verno FHC chegou a colocar em pauta a expulsão dos estrangeiros, mas a pressão externa e dos setores mais reacionários do país o fizeram voltar atrás. A greve de fome comoveu o país e só não pôde avançar mais pelo isolamento a que foram submetidos, responsabilidade das direções dos movimentos sindicais, estudantis e populares. Tanto o reformismo como a Igreja e os Direitos Humanos tiveram uma participação ativa nas negociações, submetendo o movimento à condição imposta de que o desfecho preservasse os militantes na prisão.

A luta pela libertação dos presos políticos ainda não está acabada, devemos levantar bem alto a necessidade da libertação imediata de Raimundo Costa e dos outros presos em seus países.

Nacional



Composição ministerial e crise política

O loteamento dos ministérios e dos postos administrativos entre os partidos que compõem a aliança do governo FHC é normal na política burguesa. Os partidos melhor apoiados nas frações capitalistas e com força eleitoral ocupam lugares-chaves no comando do Estado. São os ministérios econômicos e aqueles que têm maior orçamento. A novidade foi o conflito em torno da criação de um novo ministério, a princípio denominado de Ministério da Produção. Uma ala do PSDB, sob pressão da fração industrial do Estado de São Paulo, pleiteou uma mudança na diretriz econômica neste segundo mandato de FHC. Ou seja, a linha estritamente monetarista de Pedro Malan, ministro da Fazenda, deveria ceder lugar a uma política de retomada do crescimento e de certa proteção à indústria nacional, afetada pelos altos juros, carga de impostos e abertura "indiscriminada" do mercado.

Em torno da criação de um super-ministério voltado aos interesses da fração industrial se desenvolveu um movimento, tendo à frente a FIESP e outras entidades dos ramos industriais, exigindo maior espaço no poder do Estado. O PFL, tendo à frente Antônio C. Magalhães, fez oposição cerrada, denunciando abertamente dirigentes paulistas do PSDB, como José Serra. As forças defensoras do continuísmo sem retoques da política protecionista ao capital financeiro internacional acabaram por limitar as pretensões da ala favorável ao Ministério da Produção.

O escândalo dos grampos do BNDE derrubou os irmãos Mendonça de Barros, que vinham criticando a sustentação das altas taxas de juros e o câmbio sobrevalorizado. O presidente FHC já havia assimilado as pressões da fração descontente e permitindo que as críticas à linha recessionista prosperassem na voz dos irmãos Mendonça. Estes estavam preparados para ocupar o comando do novo Ministério, quando as tais das "forças ocultas" divulgaram as falcaturas de Luiz Carlos Mendonça de Barros e André Lara Resende. Assim, a arquitetura política desmoronou.

Finalmente, foi criado o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio. Para o cargo, foi indicado o embaixador Celso Lafer, do PSDB, que se logo alertou sua intenção de seguir piamente as determinações de Pedro Malan. A fração paulista se viu derrotada em suas proposições. Toda essa movimentação expôs as diver-

gências interburguesas, que certamente se aprofundarão no segundo mandato de FHC. Haja vista a recomendação de FHC a seus ministros de não fazerem pronunciamentos que não sejam consensuais no governo.

O Plano Real está sendo mantido às custas de uma brutal sangria do país, que afeta os interesses de determinados grupos poderosos da burguesia industrial. Virá à tona a crise do regime político. A divisão interburguesa favorecerá a luta da classe operária contra o Plano de fome e miséria das massas. Para isso, os trabalhadores terão de travar a luta política contra o Estado burguês. O que significa construir a unidade de classe, apoiar-se nas reivindicações próprias e avançar a construção do Partido revolucionário, instrumento para lutar pela tomada do poder.

O movimento operário tem um obstáculo à frente. A burocracia sindical e o reformismo pró-capitalista capitaneado pelo PT trabalham por submeter os trabalhadores a uma frente burguesa de oposição. Esta frente já existe, falta-lhe apenas ganhar projeção com apoio de alguma fração capitalista descontente. Funciona como um canal de contenção ao descontentamento dos explorados e uma válvula de escape para a luta interburguesa.

A vitória de vários governos estaduais pela oposição será uma trincheira para a oposição burguesa ganhar expressão no interior dos choques entre as ditas frações. A participação da CUT, PT, PCdoB etc no ato da FIESP e a idéia de se constituir um "pacto produtivo", utilizando-se para isso da bandeira de criação de empregos, revela a articulação burguesa para modificar aspectos da política econômica e para evitar que a classe operária venha a tomar iniciativa própria contra o governo.

A burguesia de conjunto se alinhou em torno da reeleição de FHC, considerando que a oposição reformista PT/PDT não estava a altura de mudar o rumo dos acontecimentos numa situação de grande turbulência mundial, que se manifesta no Brasil com ímpeto cada vez maior. Entretanto, tal alinhamento significou apenas adiar os conflitos internos na aliança governista. O acordo de emergência com o FMI acabou de expor todo servilismo do governo ao imperialismo. A administração de FHC já vinha implantando as bases do acordo, sem que fosse necessário formalizá-lo. Mas com os golpes desferidos pelos especuladores a partir da crise

asiática, reforçada com a moratória Russa, o Plano Real mostrou-se falido. O seu desmoronamento total se traduziria em uma grande dispersão da frente burguesa, que até então se disciplinou em torno da aliança PSDB/PFL/PMDB e possibilitou a marcha do desmonte antinacional e antipopular pela linha neoliberal (pró-imperialista). Ocorre que a sustentação das medidas ditadas pelo imperialismo está levando o país para as bordas do abismo.

A unidade forçada da burguesia dará lugar à dispersão. A atitude de Itamar Franco em decretar a moratória da dívida do estado de Minas por noventa dias é um reflexo do aumento da divisão interburguesa, o que expressa a crise do regime político. Os analistas internacionais desprezam a importância econômica do fato, se tomada a cifra de alguns milhões de dólares adiados por três meses. O problema está em que Itamar se pronunciou contra a aplicação das medidas do Plano FHC em nível de seu estado. Está previsto no Plano que os estados deverão privatizar, demitir em massa funcionários ajustando a folha de pagamento aos 60% do orçamento, manter o congelamento salarial e cortar gastos.

O Plano FHC é centralizador. Submeteu todos os governadores a uma só diretriz. Para isso, a União reduziu drasticamente as margens administrativas dos estados, aumentando sua dependência fiscal. A centralização burocrática-autoritária que marca a forma de existência da federação e da unidade nacional foi reforçada pela ditadura militar e depois abrandada com a denominada "transição democrática". A

Nacional



Constituição de 87 foi considerada por uma parte da burguesia e dos seus partidos como um novo pacto federativo, mais laxo e mais "democrático".

A crise capitalista se encarregou de anular tal pretensão. O tal do governo democrático se viu na contingência de retomar a centralização autoritária. Ocorre que esta se impõe como condição não para desenvolver as forças produtivas e para atender

os interesses da burguesia nativa. Mas sim para encontrar meios de remunerar o capital imperialista e em parte uma parcela da grande burguesia nacional. Está em curso um processo de desnacionalização e sangria sem precedentes do país. As forças produtivas internas recebem poderosos golpes, condicionadas que estão pela economia mundial administrada por um punhado de potências. Isso explica a ofensiva monumental da burguesia contra os salários e empregos. Esta situação da base econômica

e das disparidades do desenvolvimento desigual e combinado da economia nacional se intensificarem se converte em crise no poder do Estado e em motor da luta de classes. Nessas condições de crise histórica do capitalismo e de decadência da burguesia nacional, é fundamental a defesa do programa da revolução e ditadura proletárias.

O POR parte das reivindicações elementares das massa para desenvolver o movimento revolucionário pela derrocada do governo burguês.

Segundo o presidente da República, a Previdência privilegia as mulheres

Em discurso, FHC disse que a aposentadoria de 30 anos para as mulheres é um privilégio. A primeira dama, Ruth Cardoso, concordou. E levou o assunto mais adiante. Dissertou que ao invés das mulheres exigirem privilégios deveriam exigir igualdade com os homens. O que seria a tal igualdade? Aceitariam se aposentar com 35 anos de contribuição e lutariam para que os homens dividissem os afazeres domésticos. Parece que a tese feminista de manter a servidão da mulher no lar e estendê-la para os homens tem como advogada a primeira dama. Estaria assim resolvida a dupla jornada de trabalho. Homens e mulheres continuam sendo explorados nas fábricas e outros serviços, e em casa dividem a outra jornada.

Ao contrário disso, a aposentadoria aos 30 anos não é um nenhum privilégio. Agora, com a nova sistemática de aposentadoria por contribuição uma boa parte das mulheres operárias e camponesas não mais saberão o que é se aposentar. O Presidente da República e a primeira dama não têm com o que se preocupar porque são ricos e têm vastos privilégios de quem pertence à classe

burguesa. O problema da opressão feminina nada tem a ver com a diferença de sexo, mas sim com a exploração do trabalho. Toda reivindicação da mulher que se contraponha à exploração e que proteja seu papel maternal devem ser defendidas pelo movimento dos trabalhadores.

As besteiras de Marta Suplicy

A Sra. Marta Suplicy, do PT, ficou melindrada com a proposição de que as mulheres tenham privilégios. Corretamente demonstrou com dados da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, que as mulheres do campo são sacrificadas, a ponto de serem atingidas na função de progenitoras. Mostra que "52,8% das camponesas tiveram um filho natimorto e 10,1% mais de 4 filhos nessa condição". "Nas cidades o aborto não-induzido tem índice de 10%; na zona rural, ele chega a 42%". Aí então Marta Suplicy pergunta, porque isso acontece. E responde: "certamente, pelas dificuldades da vida: 56,6% das mulheres do campo começam a trabalhar antes dos 10 anos de idade. Antes dos 15 anos, 89,9% já estão dando duro no roçado. Logo terão de fazer isso sem descuidar da casa; depois de arranjar marido, será também necessário lavar roupa, fazer comida e cuidar das crianças. Que são muitas, apesar da mortalidade, pois essas mulheres engravidam ainda muito jovens (60,6%, entre 15 e 21 anos), e têm muitos filhos: 50% delas têm 5 ou mais, 24% delas chegam a ter nove filhos".

A primeira besteira de Marta, depois de apresentar dados tão significativos, é a de qualificar como "dificuldades da vida". A petista não quer dizer as coisas pelo seu verdadeiro nome: trata-se da brutal exploração capitalista do trabalho camponês. Mas até aí poderia parecer como um problema de simples expressão, o que para nós evidente-

mente não é.

Respondendo a acusação de que quanto à Previdência as mulheres são privilegiadas, Marta diz: "A Sra. Ruth Cardoso afirmou que as mulheres precisam lutar pela mudança das relações homem-mulher e não por 'privilégios'. É preciso acabar com a cultura que submete a mulher a relações desiguais e ao descaso governamental, que a cumula de ônus pela falta de políticas sociais. Concordamos. Como também é preciso acabar com a ordem social injusta, que mantém a pobreza e as desigualdades".

A segunda besteira de Marta é concordar com Ruth que existe opressão do homem sobre a mulher, como se a opressão não fosse de classe mas de sexo, e dar a idéia de que se trata apenas de uma cultura. Provavelmente, refere-se a uma cultura "machista", como apregoam as feministas de classe média. As desigualdades, como dupla jornada de trabalho, salário desigual, servidão familiar etc são expressão da sociedade de classe, que Marta não pretende denunciar e combater. Suas posições, oriundas do reformismo petista, são de defesa de um capitalismo mais justo, humano etc.

Não é por acaso que Marta se refere ao fim de uma "ordem social injusta". Novamente, a petista ludibria a exploração capitalista com a tal da ordem social injusta. A pobreza e as desigualdades não se deve a ordem injusta ou justa, mas a leis econômicas capitalistas. Como se pode ver, os reformistas e feministas não têm como responder à ofensiva do governo burguês contra os trabalhadores.

A opinião de FHC sobre o privilégio da mulher é a mesma em relação ao funcionalismo etc. Os reformistas ficam chorosos quando o governo mostra sua verdadeira face opressora, mas continuam colaborando com ele. Ou será que o apoio de Marta a Covas não significa objetivamente o fortalecimento do governo dos capitalistas?



Fortaleza: Justiça burguesa intervém nas entidades estudantis. Nossa tarefa é: organizar os estudantes para expulsar o interventor e regenerar as entidades

Edição



No dia 26 de outubro deste ano, a juíza Sergia Miranda decretou intervenção nas entidades estudantis AMES, UMES, UEPE, e FEF. O pretexto utilizado foi a demora na liberação dos cartões. O promotor Luís Eduardo foi nomeado para pôr sob controle da burguesia as entidades e toda a emissão de identidades estudantis correspondentes. Há anos a prefeitura e a burguesia dona dos transportes coletivos almejavam o controle e a emissão das identidades estudantis, com o objetivo de acabar com a meia-passagem.

De agosto a outubro/98, os estudantes combateram nas ruas o cartão da prefeitura e a possibilidade de se limitar a meia-passagem. Algumas entidades se colocaram ao lado do prefeito (UMES e DCE da Unifor, dirigidos pelo PCdoB), outras, como a Ames, Uepe e FEF (com objetivos meramente financeiros) e os DCEs da UECE e da UFC se colocaram pela confecção de carteiras em oposição ao cartão. O prefeito Juraci Magalhães (PMDB), contou com as direções estudantis, PCdoB, na Umes; Contra a Corrente, PT, PSTU nos DCEs; Resistência na Ames, que dividiram e prepararam a derrota dos estudantes. Assim, concretizou o cartão e deu mais um passo rumo ao smartcard, que limitará a meia-passagem.

Aproveitando-se da derrota, da desorganização e da divisão estudantil, mais do que da discórdia pela demora na entrega dos cartões, a burguesia local deu um audacioso passo rumo à destruição das entidades: decretou sob intervenção da justiça a Ames, Uepe, FEF e até a Umes, que defen-

deu o cartão!! No começo de dezembro, o interventor Luís Eduardo entrou com uma ação na justiça pedindo a destituição das direções eleitas e a dissolução das entidades estudantis sob intervenção!!! Agora, sequer a aprovação do cartão foi suficiente. A burguesia procura dar um fim de vez a qualquer possibilidade dos estudantes se organizarem para defender suas conquistas. Isso expressa bem a fase atual do capitalismo decadente e de destruição das conquistas dos trabalhadores.

Sabemos que as direções dessas entidades são burocratizadas e corruptas, que transformaram-nas em meio de vida, mas como postura principista devemos defender as entidades contra os ataques da burguesia, procurando mostrar aos estudantes que só poderão defender as suas organizações (rumo à unificação) com um programa revolucionário de destruição do capitalismo, de expropriação do sistema de transporte urbano etc. Eis porque é o único que está à altura da defesa das conquistas vitais dos explorados. As correntes que se travestem de "moralistas" proclamando-se neutras diante da intervenção, justificando-se com o pretexto de serem aquelas corruptas e merecendo ser fiscalizadas, estão tendo uma postura sectária e de apoio velado aos inimigos de classe, pois desconhecem a relação entre opressor e oprimido. Confundem a direção com a base estudantil, disposta a lutar contra a Prefeitura. A maioria das correntes PSTU, PT, Contra a Corrente, LBI, PCdoB silenciaram diante do ocorrido como se não tivessem nada

a ver com os ataques da prefeitura aos estudantes universitários.

O POR defende a unidade do movimento estudantil com o estabelecimento do Congresso Unificado dos Estudantes Secundaristas para organizar uma entidade única, classista, de independência frente à burguesia. Daí a necessidade de organizar os comitês em defesa do ensino público-gratuito e desenvolver a ação direta (manifestações, bloqueios de rua etc.) para expulsar o interventor e as camarilhas que dominam o movimento estudantil secundarista. Defende também que, para derrotar seus inimigos de classe os estudantes devem estar em unidade com a classe operária na luta pelo fim do capitalismo e pelo governo operário e camponês.

Fora a justiça burguesa das organizações estudantis!

Pela convocação de uma assembléia para organizar a luta contra a intervenção!

A Experiência da Comuna de Paris (1871): Análise de Marx

Para Marx, trata-se de uma experiência histórica de vital importância para o movimento operário internacional. Segundo ele, dela poderemos tirar importantes lições de tática.

A experiência da Comuna de Paris se constitui em tamanha contribuição para a luta revolucionária, que Marx e Engels a introduzem no Manifesto, como única alteração, chamando a atenção para a necessidade de destruir o aparelho burocrático e militar do Estado.

Para discutirmos, dentre outras

questões acerca desta importante análise marxista, em torno da Comuna de Paris, a substituição do exército enquanto força repressiva do Estado, pelo povo armado, estamos lhes convidando para participar do nosso curso de formação política, que dará continuidade ao estudo do 3º capítulo da importante obra de Lênin: O Estado e a Revolução, Domingo, dia 20/12/98, no SINTERO, às 16 horas.

A discussão concernente a "supressão do parlamento e a destruição do estado parasita" e da

organização da unidade nacional compõem o 3º capítulo desta literatura, cuja leitura se faz obrigatória para aqueles que se dedicam à luta pela destruição do sistema capitalista e construção da sociedade socialista que acontecerá por intermédio da revolução social.

Ao Congresso da CNTE

Estamos diante de uma brutal crise do sistema capitalista de produção e de uma ofensiva sem precedentes contra a vida dos trabalhadores. Cabe ao Congresso da CNTE responder estrategicamente a essa situação. Antecipadamente, sabemos que as forças hegemônicas que controlam os

sindicatos dos professores e a própria CNTE se contrapõem terminantemente a assumir a tarefa de organizar a luta dos explorados contra os exploradores e seu governo.

A tese da Articulação expressa a colaboração de classe e de integração dos sindicatos na política institucional da burguesia. A linha central proposta para o Congresso é dos sindicatos servirem de instrumentos auxiliares para os choques parlamentares entre o oficialismo governamental e oposição burguesa, da qual faz parte a frente-popular, liderada pelo PT.

O predomínio dessa posição significará a anulação da CNTE frente à necessidade de defender, com os métodos da luta de classe, as reivindicações mais elementares dos trabalhadores e de avançar o movimento social independente contra a burguesia e seu Estado. Está colocado para os delegados classistas atuarem em contraposição à linha do reformismo colaboracionista.

O caráter da crise capitalista exige posições estratégicas dos sindicatos

Já não é possível esconder o caráter estrutural da crise capitalista e seu alcance mundial. A euforia burguesa de que o capitalismo entrou numa nova fase de expansão tecnológica e de "globalização" cedeu lugar a quebras econômicas, bem como agudização dos conflitos interburgueses. A rápida desintegração dos "Tigres Asiáticos", os impasses do Japão, as dificuldades européias, a bancarrota da Rússia restauracionista e o fim do ciclo expansivo nos Estados Unidos dominam a situação mundial. O processo da crise internacional ainda não alcançou seu ápice. O que quer di-

zer que a desintegração mundial será muito mais contundente. A superprodução, o estreitamento do mercado internacional e o agigantamento do parasitismo financeiro barram o desenvolvimento das forças produtivas potenciadas e se convertem em fatores de quebra sistêmica.

A expressão da crise no Brasil não tem como ser menos contundente. Pelo contrário, o capital imperialista, para se proteger, intensifica a espoliação dos países atrasados e semicolônias. Os desequilíbrios cambiais, as quedas bruscas nas Bolsas de Valores, a falência financeira da maioria dos Estados nacionais e a crise dos endividamentos são expressões da alta concentração de capital e de bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas. Os Planos neoliberais, ditados pelo imperialismo, alimentam a concentração monopolista, incentivam o parasitismo financeiro, avançam a desnacionalização nas semicolônias e atacam brutalmente as condições de vida dos trabalhadores.

O Plano neoliberal aplicado no Brasil segue à risca a estratégia da burguesia imperialista. Este resulta em maior submissão das forças produtivas nacionais aos ditames do grande capital internacional. As contradições mais contundentes do capitalismo monopolista impõem uma maior sangria e arrastam os países semicolônias para a quebra de forças produtivas. Os elementos da falência do Plano Real estão condicionados pelo parasitismo financeiro. Tudo isso indica que a burguesia não encontra meios para administrar e responder a crise estrutural do capitalismo, pela via do desenvolvimento das forças produtivas.

A oposição burguesa ao neoliberalismo, que advoga o reformismo, pretende fazer crer que há uma saída progressista para os impasses do capital sem destruir o sistema de exploração do trabalho. Baseia-se na tese de que se trata de fortalecer o setor produtivo em detrimento do capital especulativo. Trata-se de uma impropriedade a idéia de que a crise do capitalismo se deve, na essência, à diretriz que favorece o capital especulativo em detrimento do produtivo. O capital financeiro resultou historicamente da fusão do capital bancário com o capital industrial. O agigantamento do capital parasitário se deve às contradições do sistema econômico de acumulação de capital. Ou seja, da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Os sindicatos devem combater com o programa e com o método da classe operária a estratégia imperialista para a crise, identificada na situação como neoliberal. E deve rechaçar a posição reformista de alternativa pró-capitalista ao neoliberalismo. É preciso ter claro que a única possibilidade de libertar as forças produtivas e colocá-las a serviço dos trabalhadores é a da revolução social. Se permanecer à frente dos sindicatos as tendências que defendem o programa de reformas pró-capitalistas e de conciliação de classe, a crise continuará esmagando os trabalhadores e as catástrofes serão cada vez maiores. É necessário que os sindicatos

assumam o programa antiimperialista e anticapitalista. Estratégia essa da revolução e ditadura proletárias.

Responder à ofensiva capitalista contra a vida das massas com o método da ação direta

Quanto mais às forças produtivas são bloqueadas pelas relações de produção e distribuição, quanto mais a taxa de lucro é reduzida e quanto mais as quebras financeiras aumentam, mais a classe capitalista se vê obrigada a intensificar a taxa de exploração do trabalho. Quanto mais se amplia a aplicação tecnológica e quanto mais o capital se vê diante de quebras, mais os capitalistas destroem postos de trabalho e aumentam o desemprego mundial.

Desde o pós-guerra, não se conhece uma ofensiva tão grande contra os assalariados como agora. A chamada flexibilização do trabalho expressa as contradições inerentes ao capitalismo. Cresce incessantemente o exército de desempregados, sem que a burguesia tenha uma forma de sustentar essa massa humana marginalizada da produção. Não é por acaso que assistimos o crescimento da pobreza relativa e absoluta. O capitalismo não tem como manter minimamente a maioria dos trabalhadores. A destruição da Previdência, da educação e saúde públicas espelham a barbárie. Os patrões se utilizam do desemprego para desvalorizar a força de trabalho, aumentando a exploração.

Ressalta nessa situação a capitulação das direções sindicais, seja reformista (cutista), seja direitista (forcista). Os "acordos" de flexibilização do trabalho (banco de horas, demissões voluntárias etc) e de redução salarial demonstram o resultado da política de conciliação de classe. Sacrifica-se mais e mais a vida dos trabalhadores em benefício do lucro capitalista. A burocracia justifica sua conduta apoiando-se nos choques burgueses em torno da política neoliberal do governo. A ponto de se sujeitarem aos interesses de uma fração do capital, iludindo os trabalhadores com a idéia de que assim os empregos serão assegurados. Vão a reboque da idéia de um pacto de produção e emprego, cujo resultado só beneficiará os capitalistas.

Defendemos que o Congresso da CNTE rechace integralmente os acordos anti-operários e se coloque por combater a flexibilização do trabalho. Que adote as bandeiras dos trabalhadores de escala móvel das horas de trabalho, controle operário da produção, salário mínimo real e recomposição das perdas. Que se contraponha a toda reforma neoliberal, levantando a bandeira de abaixo o Plano de fome e miséria do imperialismo. E que rejeite a reforma privatista da educação, levantando a bandeira de escola única, gratuita, laica, autônoma, enraizada na produção social. Que esta plataforma seja parte de um programa mais geral de luta anticapitalista e antiimperialista.

É preciso que o Congresso da CNTE

Educação



rechaça a tática de subordinação dos movimentos às pressões parlamentares e as decisões do parlamento. Que combata a colaboração com a FIESP. Que denuncie o método do sindicalismo que privilegia as negociações de cúpula em detrimento das greves, ocupações, bloqueios e manifestações de rua. Que se coloque pela organi-

zação do movimento grevista, pela formação dos comitês de base e que trabalhe pela unidade operária e camponesa, da qual deve fazer parte o movimento dos trabalhadores da educação. Que a CNTE assuma a tarefa de unir as massas exploradas em torno de uma frente única anti-imperialista, baseada num programa

proletário.

A melhor maneira do Partido Operário Revolucionário saudar o Congresso da CNTE é defender em seus trabalhos uma linha revolucionária.

Que morra o capitalismo, que vivam os trabalhadores!

Reforma do Ensino Médio: amplia a privatização e desemprega professores

O governo aprovou em junho de 98 a reforma do Ensino Médio. Esta é a continuidade da reforma educacional, que vem sendo implantada por todo o país. Primeiro foi a vez do ensino fundamental, que trouxe o avanço da municipalização, parcerias, fechamento de escolas e desemprego de milhares de professores. Agora, lança mão do ensino médio, também como parte do corte dos gastos com a escola pública.

Porém, com a reforma do ensino, o governo vai mais fundo na privatização. Isso porque destina 25%, isto é, 600 horas, da grade curricular para a chamada parte diversificada, que será repassada para as empresas via convênios. Aparentemente, a escola continua gratuita, mas todo mundo sabe que, ao conveniar com as empresas, os alunos ficarão à mercê dos métodos, da propaganda, dos recursos materiais e toda sorte de "atrativos" para que estes paguem parte dos custos. A privatização que começa disfarçada se concretizará em pouco tempo.

Um outro agravante é o fato do governo criar as "áreas de conhecimento". Acaba aproveitando da falência desse nível de

ensino para justificar que o problema está na "verticalidade" (disciplinas), quando na verdade quer eliminar as disciplinas. Acabando com parte delas, o governo economiza.

Como se vê, o governo não aumenta um centavo dos recursos destinados ao ensino médio. Ao contrário, demite professores e entrega parte do segundo grau para a empresa privada.

A Tese da Articulação esconde a privatização e o desemprego

A tese dos reformistas trata unicamente da reformulação do currículo do ensino médio. Diz assim: "Embora o texto proponha a organização do currículo por áreas, visando superar sua horizontalidade e fragmentação em disciplinas, a nomeação das áreas [...] nos faz supor que não está no horizonte da proposta a adoção de instrumentos teóricos que possibilitem ao aluno capacitação para a valoração, crítica e a proposição social, no sentido da sua integração a um projeto de sociedade não excludente". Trata, portanto, de absurdos. Como se na sociedade capitalista pudesse

ter uma escola que capacitasse os alunos do ponto de vista crítico e transformador. O que a Articulação não vê é que a escola capitalista é o reflexo da classe dominante. Por isso, ela será sempre repetitiva, memorística e jamais poderá unir a teoria e a prática.

Na etapa decadente do capitalismo, os países imperialistas impõem as reformas privatistas às semicolônias. A reforma do ensino médio no Brasil segue as diretrizes dos organismos imperialistas, ou seja, a trilha da privatização. Dessa forma, uma escola voltada para capacitar os alunos (teoria e prática) será resultado da destruição do sistema de exploração do trabalho e da implantação de uma sociedade socialista.

Operário
Educação



A LBI não se autocritica e volta à infâmia contra o POR

Em setembro de 1997, no Massas 138, exigimos da LBI que provasse sua acusação de que o POR era delator de correntes de esquerda a organismos de repressão. Qual foi sua atitude? A de silêncio. A LBI não tinha nenhuma prova de tamanha infâmia.

Recentemente, a fração majoritária do POR argentino, dirigida por Gustavo Gamboa, que rompeu com o Comitê de Enlace, aproximou-se da LBI. Estando em São Paulo, Gamboa solicitou um encontro com a direção do POR e revelou seu objetivo de discutir com a LBI. Aproveitamos para exigir do POR argentino que se posicionasse sobre a difamação da LBI contra o POR, uma vez que Gamboa tinha pleno conhecimento de nossa exigência de apresentação de provas. O POR argentino pertencia ao Comitê de Enlace quando publicamos a carta "LBI joga sujo contra o POR". Gamboa e a direção do POR argentino tiveram acesso ao Massas 138 e nunca puseram em dúvida

nossa moral revolucionária, a que a LBI procurou elamear. Essa era mais uma razão para exigirmos que Gamboa questionasse a mentira da LBI. Faz parte dos princípios marxistas rechaçar as seitas que difamam os revolucionários ou não?

Pois bem, Gamboa pediu explicação à LBI. Esta deu uma versão, mas não apresentou nenhuma prova, como se pode constatar no relato de Gamboa. O que diz a versão da LBI? Diz que um militante do POR depôs contra a LBI em um processo em que esta era acusada de ter usurpado máquinas de propriedade da Universidade do Ceará. Vamos citar a passagem do relato de Gamboa para não haver dúvida: "Segundo os camaradas da LBI, foram acusados de ter usurpado máquinas de propriedade da Universidade para uso da Federação (utilizadas para fazer carterinhas estudantis). O certo é que um camarada da T.POR de dita Universidade depôs como testemunha." Gamboa simplesmente acreditou e se deu por

satisfeito. Conclui dessa farsa que "É muito provável que este fato não tenha contado com o conhecimento prévio da direção nacional (...)" Mas ocorre que este fato nunca existiu. A LBI o criou para justificar sua infâmia. Quando exigimos de Gamboa que cobrasse provas, aguardávamos algo concreto e não uma versão qualquer dos peixes podres. Mas imbuído da luta contra nós, Gamboa estava com o espírito aberto a qualquer baboseira da LBI.

Ao tomarmos contato com o relato de Gamboa, escrevemos uma carta aberta ao POR argentino e a distribuimos no Brasil junto ao Massas 163. Nela, demonstramos que Gamboa se juntou à difa-

mação da LBI. Em seguida, Gamboa enviou-nos uma resposta em que pergunta-nos: "É certo ou não que um militante da T.POR de Fortaleza foi testemunha no processo realizado contra os dirigentes da Federação Universitária, hoje na LBI? Consta ou não consta nos Tribunais do Ceará este fato de cumplicidade com a polícia e a Justiça burguesa? (...) Pela pergunta até parece que Gamboa tem a certeza de que a resposta é positiva. Quem deveria apresentar as provas era a LBI que nos acusa. Mas Gamboa não as pede aos acusadores.

Nem bem tivemos o acesso a essa resposta de Gamboa e tínhamos deliberado para que o regional de Fortaleza fizesse a verificação, recebemos o folheto da LBI "Balanço das jornadas de discussão entre a LBI e o POR argentino". Nele, se diz: "É de conhecimento

público no movimento de massas do estado do Ceará a frente suja constituída pela TPOR, PT e o PSTU contra a LBI, acusando-a de ter usurpado computadores da Universidade Estadual do Ceará (UECE), inclusive os militantes da TPOR (R e T) testemunhando a agentes da polícia que foram averiguar as denúncias disseminadas por essa corja." Pela primeira vez, a LBI cita nomes de militantes supostamente envolvidos na denúncia e em depoimento à polícia. Pois bem, a direção do POR levou a acusação do folheto aos nomes citados, sendo que estes são ex-militantes do partido, e exigiu-lhes explicação. Estes desmentiram a velhacaria da LBI e se dispuseram a se sujeitar a uma comissão investigadora. Em resposta, redigiram uma carta ao movimento em defesa de seu passado de militantes revolucionários. A farsa é tão descarada que a LBI não cita nenhum processo legal (o "Tribunal do Ceará"). Simplesmente diz que R e T testemunharam a agentes da polícia. Nenhuma citação concreta é feita. Os malandros da LBI tiveram a desfaçatez de justificarem assim nossa pergunta de por que não denunciou o POR na ocasião, quando os

fatos estavam presentes: "Em primeiro lugar, o fato de não termos mencionado em nosso jornal as delações que a TPOR fez da LBI revelam uma questão elementar de segurança: não seria a própria LBI que iria reproduzir as infâmias dos delatores, colocando em risco nossa própria segurança." A quem os supostos bolcheviques pretendem enganar? Se havia uma delação e uma perseguição policial não há melhor segurança do que denunciar os delatores e a perseguição. Será que nenhum militante da LBI é capaz de reagir diante de deslavada impostura!?

Finalizando: o POR exigiu provas da LBI em setembro de 1997. Os marginais se calaram. Agora, em fins de 98, exigimos que Gamboa pedisse as provas, já que se propunha aproximar da LBI. A LBI desta vez não só mente com generalidades como envolve ex-militantes do POR conhecidos por sua retidão moral. Ao Gamboa, a resposta está dada pelo testemunho por escrito de R e T. A direção do POR não poderia saber ou deixar de saber sobre a tal da delação contra a LBI, uma vez que esta nunca existiu.

Carta de R e T:

Reproduzimos abaixo carta dos ex-militantes do POR acusados pela LBI:

RESPOSTA ÀS ACUSAÇÕES DA LBI.

Tomamos conhecimento de que o folheto da LBI intitulado "Balanço das jornadas de discussão com o POR argentino", nas págs. 24-25, nos acusa de ter testemunhado a agentes da polícia em averiguações acerca do roubo de computadores que foram cedidos pela universidade para uso do DCE da UECE, furto que teria sido efetuado por militantes que hoje integram a LBI. Negamos este fato e afirmamos que:

Jamais testemunhamos nada a qualquer agente da polícia, pois isto fere nossos princípios políticos.

Podemos afirmar que tomamos conhecimento através de militantes do PT que diziam ser verdadeiro este fato, no entanto sem apresentar provas.

Não nos envolvemos no processo de investigação deste fato.

Ficamos sabendo que se constituiria uma comissão estudantil para apurar o desaparecimento de equipamentos que estavam no DCE, da qual não tomamos parte e desconhecemos os seus desdobramentos.

Não existe qualquer material por escrito acerca deste fato, feito pelo POR. Afirmamos que nem em assembléias, nem em reuniões, o POR corroborou para com a denúncia. Não tivemos nenhum contato com elementos da burocracia

universitária para tratar deste assunto.

Desconhecemos a existência de qualquer inquérito policial ou administrativo sobre o caso, e se houve não sabemos o resultado.

Nós, ex-militantes do movimento estudantil e do POR, nos dispomos a uma averiguação deste nosso testemunho por uma comissão formada por representantes do movimento social que tenha total independência

As acusações da LBI se constituem numa fraude e numa difamação contra nossa vida militante. O texto não apresenta uma só prova concreta de que tenhamos testemunhado para agentes da polícia e que tenhamos participado de uma frente junto com o PT contra a LBI.

Decidimos responder a esta infâmia porque preservamos os princípios que nortearam nossa militância revolucionária no movimento estudantil através do POR.

08 de janeiro de 99.

Assinam: R e T



A população de Guarulhos (SP) não deve depositar ilusão no estado burguês, deve sim construir os Tribunais Populares

O ex-prefeito Néfi Tales foi definitivamente afastado da prefeitura. No dia 23/12/98, realizou-se, na Câmara Municipal de Guarulhos, a Terceira Sessão para a cassação. Este já se encontrava afastado provisoriamente da prefeitura por determinação do Juiz João Batista de Melo Paula Lima, da Primeira Vara Civil. O resultado desta Sessão foi 16 votos a 5 pela cassação de Néfi.

O município de Guarulhos foi vítima de todo um processo de corrupção onde a burguesia local esteve de mãos dadas com o poder executivo e grande parte do legislativo, que usurpou toda a verba repassada ao município. Os serviços sociais públicos ficaram em completo abandono. Evidentemente que todo este processo de corrupção contou com resistências e a luta da população. No entanto, as direções dos movimentos sindical, estudantil e popular canalizaram a luta para a via institucional parlamentar e judiciária. Tal tática conduziu as reivindicações elementares da população ao fracassamento e conseqüentemente à derrota. Vide o exemplo da greve do funcionalismo público, onde a direção (PT, PSTU e "independentes")

deram as mãos para encerrar uma heróica greve da categoria.

O afastamento de Néfi não elimina o problema. A burguesia de Guarulhos tem a certeza que o Vice Jovino Cândido (PV) dará plena continuidade à corrupção.

O PT, PSTU e "independentes" comemoraram a cassação, porém sabemos que nada mais irá acontecer com o ex-prefeito e sua camarilha.

A população de Guarulhos e os oprimidos em geral devem ter claro que a burguesia e seu Estado são incapazes de julgar seus crimes de classe, não podendo julgar a si mesma. É impossível ser juiz e réu ao mesmo tempo.

A corrupção é própria do sistema capitalista (burguês). O Poder Judiciário é parte constitutiva do Estado burguês, portanto é parte integrante da sujeira. Qualquer partido que se reivindica da classe operária deve mostrar as massas que o Estado e suas instituições são criados para defender a classe que está no poder, neste caso a burguesia. Os oprimidos não devem depositar qualquer esperança nesta via.

Em Guarulhos, o POR vem atuando na denúncia às correntes políticas que dizem estar do lado dos oprimidos, mas que os chamam a confiar no Estado que os oprime.

Levamos a bandeira de Tribunais Populares para julgar os crimes de Néfi Tales, de Jovino Cândido e de toda a burguesia guarulhense. Para que isto ocorra, as massas devem passar por cima de suas direções legalistas e se organizar nas fábricas, nos bairros, nas faculdades, elegendo delegados para a formação dos Tribunais Populares, instrumentos que por meio da ação direta julgarão, darão a sentença e a execução, punindo os corruptos e instaurando uma verdadeira justiça proletária.

Movimento Operário



Ceará-Mirim (RN)

É preciso pôr abaixo a direção traidora, corrupta e vendida do sindicato da indústria!

O governo FHC mente quando vem à televisão dizer que o seu pacote não é contra os pobres. Quem irá pagar os impostos são os pobres que trabalham. Os ricos nada pagarão! Os patrões virão com a conversa de que a queda nas vendas e na produção os obrigará a dispensar mão-de-obra, se negarão a dar ajustes salariais, alegando que seus lucros caíram. O pacote negociado por FHC com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que prevê cortes de gastos sociais (saúde, educação e previdência), retirada do FGTS e congelamento salarial levará o país a uma crise sem precedentes.

Para os operários, camponeses, e trabalhadores de classe média, deve ficar claro: ou saímos às ruas, ocupamos as fábricas contra as demissões e organizamos a greve geral para derrubar o pacote ou então o pacote nos esmagará.

Em Ceará-Mirim, na Usina, essas

medidas já atacam a vida dos trabalhadores com a retirada da insalubridade, das bolsas de estudo, atraso de pagamento, 13º salário, que até agora não foi pago e, para agravar, o acordo salarial vergonhoso feito pela direção do sindicato que "aumentou" em 2 centavos a hora de trabalho, passando assim de 0,65 para 0,67 centavos a hora trabalhada. Mostrando assim a verdadeira cara da camarilha que dirige o sindicato.

O que os trabalhadores devem fazer?

A direção atual do sindicato, liderada pelo Sr. ANTÔNIO funciona como um parasita que vive a sugar o sangue dos trabalhadores em troca de algumas migalhas caídas das mesas de negociação.

Essa burocracia é um grupo que fez do sindicato uma profissão, um meio de vida. Para se beneficiar, faz

acordos obscuros, traindo os trabalhadores, corrompendo-se e vendendo-se diretamente aos patrões.

Devemos imediatamente criar uma COMISSÃO DE BASE que convoque uma assembleia geral para pôr abaixo esta direção vendida e corrompida colocando em seu lugar uma direção revolucionária que organize os trabalhadores rumo à greve geral para derrubar o pacote de FHC e os ataques dos exploradores da Usina através de seus métodos próprios (greve, ocupações de fábricas, mobilizações, piquetes, etc).

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com tradução do texto de G. Lora iniciado no Massas 162.

O Centralismo Democrático

Fundamento organizativo:

O centralismo democrático é a norma organizativa básica do Partido e explica, além da convicção política, o porquê da severa disciplina que deve imperar em suas fileiras. Já a Liga dos Comunistas (ver seus estatutos) dos primeiros tempos de Marx e Engels partiu do centralismo democrático, mas sua sistematização e elevação conceitual devemos ao bolchevismo.

Se uma boa compreensão do centralismo democrático oferece dificuldades, sua aplicação nem sempre é fácil. Esta norma básica ajuda à estruturação organizativa e os avanços neste terreno se medem pelo funcionamento daquela.

Se tem dito até o cansaço que o centralismo democrático constitui o eixo central da organização do partido da vanguarda do proletariado. Isto nos mostra que o funcionamento e a atividade cotidianas devem tender ao desenvolvimento dentro deste marco.

O centralismo democrático não deve ser colocado de uma forma abstrata ou isolada, só é explicado na sua totalidade se se toma em conta a estratégia do proletariado e seu funcionamento deve aperfeiçoar-se tendo como referência a política global que este realiza.

A finalidade estratégica do partido é - repetimos - a conquista do poder político pelo proletariado (atuamos como vanguarda da maioria nacional: camponeses e setores majoritários da classe média), daqui se depreende que deve atuar como verdadeiro estado-maior das massas, capaz de unir a firme e unitária ação com

uma alta compreensão da situação política sempre em mudança, complementada com uma sagaz capacidade em adaptar-se às mudanças políticas sem abandonar o objetivo estratégico (toda a tática que nos afasta deste objetivo é má). A prática correta do centralismo democrático nos permite forjar um partido (forjar no transcurso da luta diária, criticando e superando, constantemente os erros cometidos, sem cair na tontice de que se pode extrai-lo totalmente formado e perfeito das páginas dos livros clássicos), considerando a este como um processo complexo de processos em constante transformação e não com algo já dado definitivo e aprioristicamente, segundo o conceito dos metafísicos, que ante qualquer dificuldade organizativa, ante o isolamento partidário frente às massas, exclamam muito convencidos que o partido não existe. Mas, o que são os quadros básicos, o que é o programa, o que é a influência política no seio das massas?

Se a alguém ocorresse sustentar que se deva deixar de falar da conquista do poder e do socialismo para não ofender a resignação e os preconceitos das camadas não politizadas das massas, para não alijá-las do Partido, para não melar a popularidade de algum dirigente sindical, que em momentos de ócio trabalha como militante porista, estaria se colocando nada mais nada menos o abandono da estratégia partidária, que se supõe a necessidade de se agrupar e educar aos explorados dentro da perspectiva da conquista do poder; tudo para que a organização se limite a seguir às massas, inclusive nos seus erros, e lute comodamente pelos objetivos imediatos (este desvio sindicalista da pior espécie concluirá convertendo um partido revolucionário em conservador); neste caso o centralismo democrático seria demais, poderia converter-se em um simples adorno, desde o momento que tal partido pode muito bem limitar-se a ser um simples amontoado de tendências e grupos heterogêneos e cada um deles marchando para o seu próprio lado e esgotando-se em inumeráveis reivindicações dos Sindicatos ou ainda um grupo que segue cegamente as ordens de um caudilho. O centralismo democrático é a base organizativa imprescindível do que dizem os textos (quem recorre a este expediente tão barato tenta substituir a realidade pela ficção), mas do esforço constante por encontrar, com sobra de energia e tempo, os meios que nos permitam superar os obstáculos com que nos chocamos na luta diária, o que supõe um permanente aperfeiçoamento organizativo, vale dizer, a superação dos erros cometidos através da crítica e da autocrítica, que à margem do centralismo democrático pode terminar

como pura charlatanice ou em máscara da ditadura burocrática.

O centralismo democrático deve ser considerado como uma verdadeira fusão (um dos elementos que só pode existir em função do outro) entre o centralismo e a democracia interna e não como a simples justaposição de ambos ou a hipertrofia de um deles a custa do outro. Aqui centralismo e democracia formam uma unidade dialética.

"A centralização democrática na organização do partido Comunista deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão, da centralização e da democracia proletária. Esta fusão só pode ser obtida através de uma atividade comum, permanente, por uma luta igualmente permanente do conjunto do partido (III Congresso da IC).

Para os simplistas, o centralismo democrático é contraditório, pois justapõe o centralismo e a democracia, como duas categorias que atuam cada uma em seu âmbito e sem a menor relação entre si. Esta colocação leva à própria negação do centralismo democrático e a destruição do partido enquanto organização bolchevique. Cada um invoca o direito da autonomia para sua atuação e é contra que qualquer um interfira em suas decisões, como complemento "democrático" a esta negação do centralismo se discorre muito livremente em matéria teórica: o marxismo pode ser entendido com qualquer idéia ou conclusão. Esta monstruosidade organizativa é consequência do abandono do programa revolucionário, pois desde este momento não se coloca a necessidade de pôr em pé uma organização bolchevique centralizada.

Devemos sublinhar que o centralismo democrático é algo mais que a simples soma de democracia e centralismo, é uma fusão que supõe o mútuo condicionamento de ambos elementos e que dá nascimento a uma realidade nova e superior. Seria uma arbitrariedade considerar isoladamente qualquer um deles, pois esta unilateralidade concluiria destruindo o centralismo democrático, que existe em função da finalidade estratégica do partido.

A mais ampla democracia interna (deve-se entender como a democracia no âmbito limitado do partido e não como uma abstração ilimitada em cujo o uso se pode acabar com a própria existência da organização partidária) é necessário na medida em que prepara as melhores condições para a atuação e a vida partidária centralizada. Nós revolucionários não fazemos as coisas por capricho esnobismo ou puro passatempo. Por seu lado, a centralização, como expoente de uma atuação consciente de toda militância é o marco de uma homogênea concepção doutrinária, é o resultado de uma ampla democracia interna. Uma e outra se condicionam





mutuamente. A democracia deve nos permitir uma atuação elevadamente unitária no exterior, e no seio das massas (tal é o verdadeiro âmbito do centralismo), e este não pode chegar a seu ponto mais elevado de desenvolvimento se não se apóia na primeira.

Repete-se como um princípio de nossa organização rechaçar a absurda divisão do trabalho entre um grupo seletivo e infalível de dirigentes destinado a elevadas tarefas de pensar e resolver os problemas políticos (esta é uma das normas organizativas do estalinismo, o que permitiu hipertrofiar o centralismo em prejuízo da democracia) e a grande massa da militância que não deve fazer mais que obedecer cegamente às ordens emanadas da alta direção. Desta maneira, a linha política não seria outra coisa que uma imposição vertical vinda desde a cúpula dirigente até a base militante. Não, esta monstruosidade, que conclui castrando o partido e fazendo perder todo o seu vigor revolucionário, não é outra coisa que o centralismo burocrático. Contrariamente, o centralismo democrático, para não perder sua essência revolucionária, precisa que seja o Partido em seu conjunto, quer dizer, sua militância organizada celularmente (o que significa que se tenha superado a absurda separação entre os predestinados que mandam e a cega obediência da maioria), o que através da discussão interna e da assimilação crítica da experiência diária, defina a linha política e a vá retificando e afinando com o trabalho diário. Esta é a única maneira de dar consistência férrea a organização e de educar de maneira real a militância. As idéias programáticas constituem a argamassa indispensável para levantar a estrutura partidária.

Em que consiste a democracia e o centralismo?

Um dos desvios mais freqüentes do centralismo democrático consiste em plantar ou justificar a preeminência de um dos dois elementos (centralismo ou democracia) às costas do outro.

Os partidários do democratismo (hipertrofia a democracia e desconhece o centralismo, que é considerado antidemocrático) convertem o partido em um clube de intermináveis discussões aonde ninguém está obrigado a nada. Estes elementos, que em nome de da democracia violam a disciplina, são pois uns liquidacionistas. Os outros (quer dizer, os estalinistas) consideram que o único que vale é o centralismo e que a democracia não faz mas que desvirtuá-lo. O centralismo democrático conclui por converter-se em centralismo burocrático. A vontade nefasta do dirigente não permite que ninguém discuta suas decisões ou ponha em dúvida sua pretendida infalibilidade. Desde o momento em que se destrói a vida interna do partido se firma a premissa do monolitismo organizativo.

A "plataforma da oposição" russa diz: "A democracia operária significa liberdade de juízo para todos os membros do

partido sobre as questões importantes da vida deste, sua livre discussão e a eleição dos dirigentes responsáveis, desde a cúpula até a base". O monolitismo não tolera as discussões porque as considera inúteis e marginaliza toda luta fraccional. Aparentemente este Partido sem fissuras é mais forte que nenhum outro. A verdade é que vai se debilitando porque se destrói o pensamento revolucionário da militância e porque não poderá cumprir sua missão histórica de levar ao poder o proletariado; a ditadura burocrática não elimina as divergências, mas as obriga se tornarem clandestinas.

A democracia interna não se limita somente a elaboração coletiva da linha política, mas que compreende o direito de discrepância que tem o militante, tanto como referência das determinações da direção ou da tática adotada em determinadas circunstâncias (sempre dentro da estratégia programática), a difundir suas idéias livremente dentro do marco organizativo do Partido (nas células) e a formar tendências ou frações ao redor delas. Há que voltar a repetir que a democracia (nela estão envolvidos os direitos elementares da militância) é interna, se desenvolve e se garante dentro dos limites partidários (não deve sair das células), se se projeta ao exterior conclui atentando e destruindo o centralismo, quer dizer, desorganizando o Partido.

As idéias divergentes servem de base para a discussão, que se desenvolve por escrito e através dos boletins internos (seu nome indica que seu conteúdo não deve sair para o exterior) ou oralmente nas discussões dentro da célula. Mas, o Partido não pode dedicar todo seu tempo e energia às discussões intermináveis, sua finalidade é a ação, a polêmica teórica e política tem o objetivo de preparar devidamente para a ação. A discussão interna conclui com o voto sobre as questões em disputa nos organismos e planos adequados. Uma vez votada a questão se a adota como linha oficial do partido, a que conta com o respaldo majoritário. Isto não supõe que se cancela para sempre a discussão ou que os opositores tenham que abandonar suas idéias, importa unicamente que a minoria está totalmente subordinada à maioria no trabalho centralizado para o exterior, o contrário significaria que a discussão paralisa a verdadeira atividade partidária. Deve-se observar como norma inavriável o disciplinado submetimento da minoria à maioria, que representa o programa tradicional partidário, enquanto não se demonstre o contrário em uma reunião nacional.

Há uma questão que é preciso esclarecer devidamente. A discussão interna se desenvolve exclusivamente nos boletins internos e não no jornal central ou nas publicações destinadas ao exterior, isso para salvaguardar o centralismo, que obriga a levar até as massas uma linha política unitária e não duas, o que praticamente converteria em inútil toda ação no seio da classe.

O centralismo importa a ação unitária do partido em sua atuação exterior, donde só deve aparecer e aplicar-se a linha oficial, o reconhecimento e subordinação às direções regionais e nacionais; não se pode dar o caso de direções paralelas, pois isso suporia uma cisão. Uma das razões da fortaleza do Partido radica em sua unidade inquebrantável na ação no seio das massas.

O centralismo supõe a subordinação da minoria à maioria, o que não quer dizer que esta perca seu direito às discrepâncias. A carência de centralismo não permitiria ao POR cumprir seu papel de vanguarda do proletariado. Se o Partido permitisse a suas frações atuar no exterior de maneira independente e conforme suas idéias, deixaria de existir como tal. Essa atuação anárquica é considerada antipartidária e deve ser sancionada. Só a um elemento mentalmente anormal poderia ocorrer sair ao exterior para atacar publicamente o partido, em lugar de expor seus reparos em um boletim interno. A oposição tem de trabalhar no exterior sob controle da direção, isso para que a linha partidária seja cumprida fiel e abnegadamente. As decisões da direção têm de ser executadas pelo partido em seu conjunto a discrepância com elas da parte de alguns militantes não supõe que se suspenda sua execução.

Trotsky fixou claramente as normas organizativas da IV Internacional: "O regime interno da IV Internacional está determinado pelos princípios e práticas do centralismo democrático, ou seja, da mais ampla democracia possível na discussão interior para elaboração de uma linha política e a mais firme disciplina na aplicação dessa linha uma vez que tenha sido estabelecida... Eleição de todos os organismos superiores pela assembléia, conferência e congresso... Uma disciplina obediente das minorias e respeito às decisões emanadas pelas maiorias" (Programa da IV I.).

União Monetária Européia: Qual o efeito sobre a crise capitalista?

A União Monetária entre 11 países europeus foi saudada como um grande feito do sistema capitalista. Mesmo os Estados Unidos evitaram críticas ao euro. Um porta-voz do governo norte-americano, hipocritamente, qualificou o acontecimento com a frase: "O que for bom para a Europa será bom para os EUA". Na realidade, a criação do euro reflete a disputa interimperialista no interior da economia mundial. A maioria dos comentários positivos vem no sentido de que a Europa deu um passo para solucionar suas diferenças nacionais pela via pacífica, contrária portanto aos conflitos bélicos, que conduziram à primeira e segunda guerras mundiais. Não faltaram lamentações para o fato da Inglaterra, Suécia e Dinamarca se negarem ao processo unificador do euro. Estes países preenchiam as condições do Tratado de Maastricht, de 1991/92. Apenas a Grécia ficou de fora por não alcançar os critérios do Tratado. Mas as análises concluem que mais à frente forçosamente integrarão à moeda única, uma vez que a possibilidade de êxito do euro é muito grande. Do ponto de vista estratégico, a explicação mais clara está exposta no relatório da Comissão Européia. Diz: "Com o Euro, a Europa terá uma presença na cena monetária internacional que corresponderá melhor ao seu peso econômico e comercial" (Folha de S.P. 25/12/98).

Tomando apenas os 11 países da integração inicial, o PIB atinge 6.303 trilhões de dólares, o que corresponde a 78% do americano

(7.819 trilhões). Segundo as análises, esta proporção já seria suficiente para o euro colocar-se como concorrente do dólar. Caso haja a integração dos 15 países, o PIB europeu chegará, de acordo com os dados de 1997, a 8.093 trilhões de dólares, ultrapassando em 3.5% o PIB norte-americano. Espera-se que a hegemonia do dólar seja quebrada pelo euro. Os analistas da burguesia indicam que a moeda americana "representa 63.7% das reservas externas mundiais e denomina 48% das exportações globais". "Em contraste, todas as moedas da UE juntas, incluindo as que não entrarão de início na UME (...), representam apenas 19.5% das reservas internacionais e estão presentes em 31% das exportações" (Gazeta Mercantil-30/12/98). Essa disparidade coloca o capitalismo europeu numa condição inferior ao seu peso real, considerando a Europa de conjunto. Somente por estes dados nota-se que a UME está motivada pela luta interimperialista.

Do ponto de vista interno ao continente europeu, objetiva-se "a integração dos mercados, completando o 'projeto 1992' - aquele que, com dada limite de 1o de janeiro de 1993, liberalizou o movimento de mercadorias, serviços, pessoas e capitais entre os países da UE" (Gazeta M., idem). Segundo as análises, o euro permitirá uma melhor comparação de preços. "Espera-se que isso seja um impulso à competitividade das empresas, que serão beneficiadas também com a provável criação de um grande mercado de capitais europeus. Nesse último aspecto, prevê-se "que o deslocamento será de 500 bilhões a 1 trilhão de dólar (...)". (Folha -idem). Como se vê, os objetivos almejados são: 1) Superar a posição artificial do dólar, ou seja, a hegemonia indevida da fração imperialista norte-americana; 2) Dinamizar o mercado europeu e aumentar sua fatia no mercado geral; 3) Fortalecer o mercado de capitais europeu.

Acredita-se assim que "o Euro representa, nesse sentido, um estímulo à paz e à estabilidade". Fala-se assim em "viabilizar uma melhor distribuição do poder mundial". É nesta mesma linha de raciocínio que se atribui ao euro o poder mágico de disciplinar o caótico sistema monetário internacional e as turbulências cambiais. Mas tudo indica que a UME potencializará as contradições do capitalismo e intensificará os choques interimpe-

rialistas. No interior da Europa, as economias mais débeis terão de se submeter às mais poderosas. Essa é a razão de fundo da Inglaterra resistir à moeda única. Externamente, os Estados Unidos e o Japão não assistirão passivamente a ofensiva dos países do euro.

Ocorre que na base desses movimentos de blocos estão a crise de superprodução e o estreitamento do mercado mundial. A desagregação na Ásia, incluindo os impasses do capitalismo no Japão, a quebra na Rússia e o avanço da instabilidade no Brasil expressam a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção em nível mundial. A tendência é do desmoronamento se generalizar cada vez mais. O ciclo do crescimento norte-americano de uma década aproxima do fim e indica grandes abalos. A Europa com seu pequeno crescimento tende a retroceder. O euro pode auxiliar essa fração imperialista, mas um auxílio de curto alcance, uma vez que a crise de superprodução atinge patamares cada vez mais altos em escala internacional. A proteção de uma fração monopolista virá em detrimento de outra, acirrando a guerra comercial.

Os trabalhadores não deverão ter nenhuma ilusão na possibilidade de desenvolvimento capitalista e de melhoria de suas condições. Pelo contrário, as frações burguesas em todo mundo se unem para liquidar conquistas sociais e aumentar a taxa de extração de mais-valia. O alto desemprego na Europa não poderá ser resolvido. E, nos outros países imperialistas, também ganhará proporção extraordinária, como já acontece no Japão. A aclamada taxa norte-americana não terá como se sustentar por mais tempo, logo mais as demissões em massa retornarão.

As burocracias sindicais e reformistas procuram se agarrar a fatos como o da UME para alimentar ilusões de que o capitalismo tem alternativas progressistas para a crise estrutural. Mas as contradições recaem sobre os explorados na forma de desemprego, cortes de salários, liquidação de serviços sociais e ampliação do empobrecimento. As tendências de lutas forçosamente virão à tona. Trata-se da vanguarda revolucionária compreender o curso da desagregação da economia mundial, rechaçar as "soluções" imperialistas e levantar o programa da revolução social.



Nossa Homenagem ao Líder Revolucionário



No dia 21 de janeiro de 1924, vítima do terceiro e mais violento ataque de paralisia provocada pela arteriosclerose e agravada por um tiro que recebeu de uma militante social-revolucionária, morre Vladimir Iliianov Lenin, o principal idealizador do Partido Bolchevique e principal líder da Revolução Russa.

Lenin foi um revolucionário exemplar. Enquanto teve forças para lutar por suas idéias, continuava lutando. Seus últimos anos de vida mostram uma luta encarniçada contra a burocratização do Partido.

Lenin sempre manifestou sua apreensão quanto à herança burocrática que o poder soviético havia recebido do Estado czarista. Esta burocratização se agravou quando

Stálin assume a direção da IOC (Inspeção Operária e Camponesa, órgão criado justamente para escolher, treinar e fiscalizar os quadros partidários que desempenhariam funções no aparelho estatal) passa a escolher e nomear seus elementos de confiança para os cargos do estado.

Doente, impedido de ter acesso a certas informações, Lenin procura denunciar aos órgãos do partido esta distorção e luta para que seus artigos sejam publicados no Pravda, como "Mais vale poucos, porém bons" que critica Stálin pelo manejo dos elementos da IOC.

A doença continuava se agravando. As esperanças de comparecer ao XIII Congresso e apresentar seu informe, que certamente definiria os ru-

mos do mesmo, foram cortadas pelas negativas dos médicos que o assistiam. Sentindo pois esta situação redige então suas famosas cartas ao Congresso, mais conhecidas como o "Testamento de Lenin".

Recomendamos aos nossos leitores o estudo deste rico material, que comprova a luta que Lenin desenvolveu até os últimos dias de sua vida contra a burocratização estalinista, luta que depois da morte de Lenin foi encarnada por Trotsky.

Iraque: continua em pé a campanha antiimperialista

O bombardeio norte-americano e inglês contra o Iraque deixou 70 mortos, segundo dados iraquianos, e ruínas nos alvos pretendidos. A agressão das potências não fez senão aumentar o ódio antiimperialista das massas na maior parte do Oriente Médio. Em vários pontos as manifestações ganharam as ruas, sob a bandeira antiimperialista de morte aos Estados Unidos. O movimento só não foi mais amplo e radical devido a inexistência do Partido revolucionário entre as massas iraquianas, sírias, palestinas etc. Os governos no Oriente Médio, em quase sua totalidade, se mostraram acovardados e submissos aos Estados Unidos, incluindo a OLP que, horas antes dos bombardeios, negociava o acordo traidor com Israel. Apesar do isolamento imposto ao Iraque, as massas exploradas reagiram contra a ofensiva genocida do imperialismo.

Como se pode ver, a luta antiimperialista depende exclusivamente dos trabalhadores, oprimidos duplamente pela burguesia nativa e pela imperialista. A defesa do Iraque, nação oprimida, esteve as mãos das massas árabes que se manifestaram nas ruas. Militarmente, o Iraque nada pôde fazer frente ao moderníssimo aparato bélico do imperialismo.

Os Estados Unidos e Inglaterra não puderam concluir o seu objetivo de realizar um amplo bombardeio. Alguns analistas explicam que foi devido ao não-apoio do conjunto das potências e da Rússia, como aconteceu na guerra de 1990. Se este é um fator, não foi o principal. O funda-

mental foi o receio dos Estados Unidos/Inglaterra de despertar no mundo todo o ódio antiimperialista. Isso não quer dizer que os opressores se afastarão do objetivo de esmagar o Iraque e derrubar o governo de Saddam Hussein. Os estrategistas procurarão criar melhores condições para retomar os ataques.

Somente a política antiimperialista e anticapitalista do proletariado, em escala mundial, terá condições de rechaçar a prepotência imperial dos Estados Unidos e seus aliados. A tática da frente única antiimperialista, que une as massas exploradas sob a direção da classe operária, se mostrou necessária. Porém, sua constituição depende da formação dos partidos revolucionários, ou seja, da IV Internacional. É sob a base da experiência concreta do conflito entre nações oprimidas e o imperialismo, como a que se passa no Oriente Médio, que os explorados amadurecerão para a tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Cabe à vanguarda marxista-leninista-trotskista, atuar na linha de frente defendendo o programa revolucionário e empunhando a tática justa da frente única antiimperialista. É com essa linha que o POR brasileiro e boliviano responderam aos ataques das potências.

A espionagem norte-americana

Durante seis meses, os inspetores da ONU vasculharam as dependências militares e civis do Iraque. Não encontraram nada que indicasse a

presença de armas químicas e nucleares. Entretanto, o imperialismo não se deu por satisfeito com essa brutal ingerência imposta por ameaças militares e pelo bloqueio econômico. Ocorre que os inspetores da ONU objetivavam realizar espionagens que dessem meios para os Estados Unidos mapearem toda estrutura de defesa do país e criarem as condições para promover uma rebelião anti-Saddam. O Iraque denunciou essa manobra e mostrou que a comissão da ONU (Unscm) protelava as investigações.

Os porta-vozes do imperialismo fizeram uma campanha de desmentir e de acusação de que o governo iraquiano estava bloqueando seu trabalho. Agora, nem bem terminaram os bombardeios, os jornais de The Washington Post e o Boston Globe informaram que "o secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, teria acesso a provas de que os inspetores espionaram para os Estados Unidos" (Folha de

S.P.8/1/99). A mesma edição da Folha revela: "o ex-inspetor da Unscop Scott Ritter disse acreditar que os EUA usaram informações colhidas pela Unscop para efetuar os bombardeios contra o país".

Certamente, estas revelações não são nenhuma novidade. As potências usam e abusam de seus poderes para submeter em todos os aspectos as nações semicoloniais. Não há país no mundo em que os Estados Unidos não estejam infiltrados nas Forças Armadas, nos governos etc. No caso particular do Iraque, o abuso da Unscop mostra bem a face do domínio imperialista exercido pela ONU. Organismo esse endeusado pelos reformistas, do tipo PT etc. É importante mostrar aos trabalhadores como funciona a opressão imperialista e o papel de organismos internacionais como a ONU, OIT etc.

Internacional



Manifestação francesa contra a agressão norte-americana ao Iraque.

pelo bloqueio econômico. Que se constitua um Tribunal mundial dos trabalhadores, composto por organizações operárias e camponesas para julgar os crimes do imperialismo e exigir todos os reparos.

Responder ao objetivo imperialista de remover o governo de Saddam Hussein

Os Estados Unidos e seus aliados têm procurado insuflar levantes contra o governo de Saddam. Não é descabida a informação de que o governo norte-americano tem planos de assassinar Saddam. Milhões de dólares têm sido doados à oposição reacionária e pró-imperialista, cujos dirigentes estão muito bem protegidos na Europa. Como se vê, o plano do imperialismo vai da possibilidade de assassinato até o financiamento de rebeliões no seio da classe dominante iraquiana.

A classe operária deve se colocar incondicionalmente pela defesa do governo de Saddam Hussein contra os objetivos do imperialismo. Sabemos perfeitamente que se trata de um governo capitalista, que oprime os curdos, que já foi apoiado pelo próprio Estados Unidos na guerra contra o Irã e que governa o país com uma ditadura de casta. Nenhuma dessas razões pode servir de motivo para não defender o governo de Saddam contra os planos do imperialismo de destruí-lo. As correntes que se dizem revolucionárias e não tenham uma clara posição sobre esse ponto são inconseqüentes em sua política antiimperialista. E se não entenderem isso acabarão capitulando perante o imperialismo. No momento em que o imperialismo está atacando o Iraque, defender a remoção do governo de Saddam é colocar-se ao lado da reação. Fora com o objetivo imperialista

de derrubar o governo do Iraque.

A capitulação dos reformistas e da burocracia sindical

O ataque anglo-americano ao Iraque não mereceu nenhuma atenção do PT e da CUT. Nenhuma campanha foi feita contra o imperialismo. A atitude passiva é de conivência. É nesses momentos cruciais que os reformistas e a burocracia sindical mostram seu servilismo à burguesia.

Uma boa receptividade da população

A panfletagem do POR contra o imperialismo e em defesa do Iraque teve uma boa receptividade por aqueles que tiveram contato com a propaganda do POR. Na guerra de 1990, a campanha burguesa em favor do esmagamento do Iraque teve a simpatia da população, que não teve como compreender a diferença entre nação oprimida e nação opressora. Agora, os porta-vozes brasileiros do imperialismo não se animaram em fazer uma ampla defesa da agressão norte-americana, embora o governo brasileiro tenha se mostrado favorável. A experiência se encarregará de mostrar aos trabalhadores a barbárie imperialista, cabendo à vanguarda revolucionária trabalhar fundo as bandeiras antiimperialistas.

O POR, de acordo com sua força embrionária, pôde ter uma posição clara de fazer a campanha pelo fato de ter incorporado em seu programa as Teses do Oriente, da III Internacional da época de Lenin/Trotsky, em que fundamenta a política antiimperialista do proletariado e a tática da frente única antiimperialista.

Pelo fim da Zona de Exclusão

Os Estados Unidos suspenderam os ataques a Bagdá, mas mantiveram a vigilância aérea sobre a chamada Zona de Exclusão, ou seja, uma parte do território do Iraque controlada militarmente pelo imperialismo. O governo Saddam decidiu "retomar" o seu controle. Em resposta, os aviões do imperialismo têm atacado as forças armadas iraquianas.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem defender a integridade territorial do Iraque. Contra o imperialismo e pela soberania das nações oprimidas.

Pelo fim do Bloqueio econômico, fim do cerco militar ao Iraque e pela retirada de todo aparato militar imperialista do Oriente Médio. Que as potências reparem todas as perdas do Iraque, seja pela destruição bélica ou

